

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E O PROTAGONISMO DA PRIMEIRA-DAMA DARCY VARGAS NAS AÇÕES ASSISTENCIAIS À INFÂNCIA (1942-1945)

Sônia Camara (UERJ)\*  
Gabriella dos Santos (UERJ)\*\*

## INTRODUÇÃO

Instalou-se ontem sob a presidência da Sra. Darcy Vargas a Legião Brasileira de Assistência com a realização de uma sessão no salão nobre da Associação Comercial. [...] A entidade terá um comitê central presidido pela Sra. Darcy Vargas com sede nesta capital tendo em sua diretoria, diretores da Federação das Associações Comerciais do Brasil; um comitê estadual em cada unidade da federação, presidido pelas senhoras dos respectivos interventores e diretores das associações comerciais filiadas. Os comitês estaduais se dirigirão às esposas dos prefeitos municipais para a organização dos comitês municipais, que serão subordinados aqueles os quais, por sua vez serão subordinados ao comitê da capital da República (*Correio da Manhã*, 30 de maio de 1942, p. 20).

Em 30 de agosto de 1942, o jornal *Correio da Manhã* publicava, com destaque, a iniciativa da primeira dama Darcy Vargas<sup>1</sup> na criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A instituição foi concebida com o objetivo de oferecer amparo às famílias dos soldados convocados para “servir à pátria”, no contexto da Segunda Guerra Mundial (*Jornal A Manhã*, 1942). Após a declaração de guerra à Alemanha, em 22 de agosto de 1942, o governo brasileiro liderado pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), passou a empreender esforços visando incentivar o alistamento militar voluntário, como também campanhas em prol de iniciativas assistenciais em todo território nacional.

A partir de sua inauguração, em 28 de agosto de 1942, na cidade capital do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, LBA iniciou seu processo de organização em que se intentou, por meio de diferentes ações, concebê-la enquanto órgão de assistência social em nível nacional. O

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Procientista da UERJ.

\*\* Aluna do curso de História na (FFP/UERJ) e Bolsista de Iniciação Científica CNPq (Projeto Universal) do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI).

<sup>1</sup> Darcy Vargas atuou como primeira-dama do país de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

<sup>2</sup> A instituição iniciou seu funcionamento em sala cedida pela Associação Comercial à Rua da Candelária, número 9, sendo, posteriormente transferida para a Rua México, área central da cidade.

movimento de sua criação e institucionalização envolveu, entre outras estratégias, a constituição de um amplo conjunto de medidas, bem como a circulação maciça de propagandas pela imprensa. Segundo Simili (2008, p.141-142), sob a liderança da primeira-dama foi mobilizada uma ampla campanha, com especial destaque para a atuação das mulheres da alta sociedade carioca, dos estados e dos municípios em prol da “Vitória do Brasil” na guerra.

Os primeiros postos de alistamento para as mulheres na capital do país foram abertos na sede do “*Jornal do Comércio*, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e no Palace Hotel” (Simili, 2008, p. 141), ampliando-se depois para outros pontos da cidade. Para o restante do país, a convocação era feita através de correspondências assinadas por Darcy Vargas e enviadas às prefeituras, bem como pela imprensa que, sucessivamente enaltecia a iniciativa. Por meio de uma ampla rede de sociabilidade e de adesão política, a primeira-dama pôde angariar apoio a fim de construir instituições de assistência social, corporificando, em sua atuação, um modelo de primeiro-damismo<sup>3</sup> que adquiriu forma e sentido atrelado ao caráter assistencialista-tutelar. A LBA configurou-se como um braço importante para a imposição de um modelo de política assistencialista a ser empreendido pelo Estado no pós 1930 (Torres, 2002; Simile 2008, Rodrigues, 2021).

Com o intento de problematizar as políticas públicas destinadas à infância, este artigo examina os anos iniciais (1942-1945) da Legião Brasileira de Assistência (LBA), buscando refletir a respeito de sua composição como parte de uma rede assistencial mobilizada pela primeira-dama Darcy Vargas. Para isto, o artigo se organiza em duas partes. Na primeira, apresenta algumas ponderações relacionadas à composição da LBA na assistência social no Brasil. Na segunda, a lente se direciona para a compreensão das medidas encetadas no atendimento à infância como parte do projeto estado-novista em curso.

## **A LBA E A ATUAÇÃO DE DARCY VARGAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

<sup>3</sup> O termo primeiro-damismo refere-se ao papel assumido pelas mulheres, esposas de governantes, que desempenharam ações assistenciais, tipicamente femininas, no âmbito da política. Contudo, suas identidades foram frequentemente apagadas, sendo associadas unicamente às suas relações conjugais (Torres, 2002, p. 105-110). Importante destacar que a historiografia vem se dedicando a dar visibilidade a essas trajetórias, indicando que, para além de um lugar secundarizado, essas mulheres tiveram participações significativas em diferentes esferas política e social.

Durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente na vigência do Estado Novo (1937-1945), a questão social assumiu ampla repercussão. Com esse intento, afiança Capelato (2012), que uma das soluções previstas pelos idealizadores do Estado foi instituir “[...] um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem”. A partir da imposição do Estado Novo, “deu-se a consolidação de uma política de massas” que para além de buscar apoio da sociedade, por meio de propaganda, criou aparatos objetivando legitimar o regime, como também agenciar iniciativas de caráter social que permitisse romper com o atraso e com a suposta desordem reinante no país, situando o Estado como agente promotor das políticas sociais (2012, p. 109).

Nesse contexto, a imprensa foi amplamente utilizada como instrumento de manipulação e propaganda<sup>4</sup>. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, intentou-se estabelecer o controle da comunicação, bem como divulgar e enaltecer as ações formuladas pelo governo, exaltando a figura de Vargas e da primeira-dama Darcy Vargas. O DIP realizava a propaganda do governo ao mesmo tempo em que promovia a censura de jornais, revistas, cinema, rádio e teatro, tornando-se um importante aparato de coerção e controle aos opositores do regime. Realce foi atribuída à atuação de Darcy Vargas, que criou, presidiu e liderou trabalhos sociais empreendendo esforços na tentativa de unificar ações assistenciais em âmbito nacional.

Segundo afirmam Sposati e Falcão (1989, p. 9), em seu nascedouro a LBA se apresentou como uma instituição não governamental, assumindo uma composição organizacional diferenciada dos órgãos públicos da época. No entanto, consideramos pertinente ponderar que, todavia, a instituição tenha assumido outro arranjo organizacional em sua gestão administrativa e financeira, em termos de orientação política encontrava-se em sintonia com as diretrizes políticas e com os ideais estabelecidos pelo Estado Novo. Assim, em sua constituição, a LBA contou com uma ampla rede de relações mobilizada pela primeira-dama que entre outras estratégias utilizou os jornais e revistas para conclamar a participação dos cidadãos.

Objetivando angariar adesão e compor uma rede de voluntárias, os discursos de Darcy Vargas apresentavam forte apelo moral e patriótico, em que buscava reforçar

---

<sup>4</sup> Em 1945, a LBA lança o *Boletim da LBA*, que passou a se constituir como um dos meios de divulgação das campanhas e ações organizadas pelo órgão.

a missão das mulheres no cuidado aos necessitados. Como sinaliza Simili (2008, p. 138-139) a imprensa apoiadora do governo estado-novista teve um papel decisivo na popularização da primeira-dama, sobretudo, entre as classes populares.

Iniciativas no âmbito da assistência social, como a criação da Fundação Darcy Vargas (1938), a Casa do Pequeno Jornaleiro (1940) e a Legião Brasileira de Assistência (1942), entre outras, foram largamente divulgadas pelos periódicos, constituindo-se como estratégias política do governo Vargas. Com este intento, esperava-se instituir o controle social e reforçar a imagem do Estado Novo como instância responsável pelo cuidado da população, em especial dos trabalhadores. Como assegura Freire (2003, p. 119), a “imprensa e o poder entrecruzavam-se”, configurando-se, “[...] em diferentes momentos históricos, como “um importante agente produtor de bens simbólicos identificados com o projeto civilizador do poder central”. De tal modo, a imprensa atuou na difusão de representações, mas também na produção de uma “personagem-símbolo” (2003, p. 122) da primeira-dama, propagada como: “virtuosa esposa”, “caridosa”, “bondosa”, “grande dama” (*Revista Nação Brasileira*, 1940) e “mãe da nação”. Nessa linha editorial, o jornal *A Noite* igualmente a descrevia:

Há entre nós uma brasileira que neste momento personifica todas as brasileiras todas as sublimes heroínas da nossa história, aquela que não cessa de praticar os maiores benefícios para a grandeza e a felicidade de nosso povo; aquela que já fundou a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Cidade das Meninas e está na hora culminante da vida nacional fundando a Legião Brasileira de Assistência, a Legião das senhoras brasileiras, as Novíssimas Amazonas e é a imagem do heroísmo e da bondade que estimula e conforta nosso benemérito presidente e a sra. Darcy Vargas (*A Noite*, 10 de outubro de 1942, p. 2 – grifo nosso).

A produção de sua imagem, associada à concretização de ações assistenciais ajudou, por um lado, a consolidar a força da benevolência e da ideia do Estado como promotor do bem-estar social. Por outro lado, a consolidação das Leis trabalhista, bem como de um conjunto de medidas assistências constituiu-se como face dessas ações, de tal modo que, “O Estado não se mostrava apenas como produtor de bens materiais, mas também como articulador das demandas e tradições da classe operária e os apresentava como seus – além de ressaltar os benefícios sociais como tendo sido generosamente concebidos pelo chefe do governo” (Capelato, 2012, p. 120).

O jornal *Correio da Manhã*, em matéria intitulada *O Brasil na Guerra. Sob o patrocínio da Sra. Getúlio Vargas instala-se a Legião Brasileira de Assistência* registrou a reunião de instalação da LBA, nas dependências da Associação Comercial.

A iniciativa contou com a participação dos diretores de jornais e das estações de rádio da capital do país, a fim de apresentar as finalidades da LBA. Nesta reunião estiveram presentes, entre outros “[...] o major Coelho dos Reis diretor do DIP, o capitão Amílcar Dutra de Menezes, diretor da Divisão de rádio do DIP, Herbert Moses presidente da ABI” (*Correio da Manhã*, 30 de agosto de 1942). O jornal dava destaque ao telegrama elaborado pela primeira-dama na convocação dos cidadãos de “boa vontade”. Nele destacava:

Visto as grandes dificuldades que atravessam na proteção as famílias de nossos bravos soldados e execução de todos os deveres civis que foram necessários. Com esse objetivo foi fundado nesta capital sob a égide da federação das associações comerciais do Brasil a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender em todo o país os benefícios desta organização sugerimos que assuma, nesse Estado, a direção do movimento em colaboração com Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração saúda cordialmente. Darcy Vargas (*Correio da Manhã*, 30 de agosto de 1942, p. 20).

Com a criação e implantação da LBA foram sendo gestadas ações a fim de angariar apoio político e recursos financeiros para a composição da obra assistencial que se granjeou concretizar. A partir da Portaria 6.013 de 1 de outubro de 1942, O ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alexandre Marcondes Filho reconhecia de utilidade pública a LBA, autorizando a sua organização e funcionamento e aprovando seus estatutos. Por meio do Decreto-Lei 4830 de 15 de outubro do mesmo ano, a instituição foi reconhecida como órgão de cooperação estatal na promoção da assistência pública.

Em sua composição, os Estatutos foram concebidos em cinco capítulos e vinte e seis artigos, além das disposições transitórias. Entre as finalidades previstas, o artigo primeiro determinava que a instituição nascia sob a “inspiração” de Darcy Vargas e por iniciativa da Confederação Nacional de Indústria e das Associações Comerciais do Brasil, configurando-se como uma “sociedade civil” de fins não econômicos e duração limitada (Estatutos, 1942). Desse modo, a instituição tinha o desígnio de congregar os brasileiros de “boa vontade” na prestação de serviços de assistência social com a parceria dos setores públicos e privados, visando:

- a) Proteger a maternidade e a infância; b) amparar os velhos e desvalidos; c) prestar assistência médica, em todas as suas modalidades, às pessoas necessitadas; d) favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas; e) contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo ao problema alimentar e da habitação; f) incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas; g) desenvolver esforços em favor do

levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lazes do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura; [...] j) organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil (Estatutos da LBA, 1942, p. 5-6).

A conjugação empresariado, Estado e apoio voluntário civil foi basilar para o funcionamento da LBA como órgão de caráter filantrópico/assistencial, estabelecendo normas e integrando órgãos corporativos à sua estrutura. Nessa direção, é importante ponderar que, embora se firmasse o caráter de “sociedade civil”, a mesma foi concebida sob a égide das demandas concebidas pela política do Estado Novo. Na composição entre os setores público e privado, consolidou-se a parceria na administração e manutenção da instituição. Nesse arranjo, observa-se a prevalência de auxílios da União, dos estados, dos municípios e das associações não estatais, contando também com donativos dos filiados.

Entre as deliberações presentes nos Estatutos ficou determinado, em seu artigo 3, que a sede da LBA seria no Distrito Federal, mas sua atuação deveria abarcar o território nacional. Quanto à administração<sup>5</sup>, os artigos 5 e 6 estabeleciam que a LBA seria constituída por uma comissão central, comissões estaduais e diretoriais dos centros municipais. Como órgãos complementares à comissão central, determinava-se a criação dos conselhos consultivos e deliberativos. Com essa disposição, consolidou-se a participação do setor empresarial na organização da instituição, determinando a criação da comissão central da LBA, composta por um presidente, um secretário-geral e um tesoureiro-geral<sup>6</sup>. A presidência da instituição deveria ser ocupada pela primeira-dama do país ou, na ausência dela, por uma pessoa de “reconhecida capacidade e notória dedicação cívica, eleita pelo Conselho Deliberativo” (Estatutos da LBA, 1942, p. 8-9).

À comissão central competia determinar o plano de organização e o programa de trabalho, como também “orientar, instruir e controlar as comissões estaduais, estabelecendo normas para o seu funcionamento” (Estatutos, 1942, p. 8-9). Ainda que se observe o intento de controlar, normatizar e instruir o funcionamento das comissões

---

<sup>5</sup> Era exigido aos membros da comissão serem brasileiros natos e para o exercício de outras funções de direção exigia-se “cidadania brasileira há mais de 10 anos” (Estatutos, 1942, p. 12).

<sup>6</sup> A primeira comissão central foi composta por Darcy Vargas como presidente, Rodrigo Octávio Filho como secretário-geral, João Daudt d’Oliveira como tesoureiro-geral e Eivaldo Lodi como diretor técnico (Estatuto da LBA, 1942). A presença de representantes da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria na comissão, indicia a costura política empreendida e as negociações realizadas para a criação da instituição.

implementadas nos estados e municípios, cabe ressaltar que isso não significou que em âmbito nacional a LBA funcionou de forma uníssona. Questões regionais, locais e nacionais, de certo deram o tom, a régua e o compasso para as iniciativas empreendidas na composição dos postos de atendimento pelos estados e municípios.

Quanto ao conselho consultivo da LBA, era composto por mulheres da elite, em grande parte por esposas de figuras destacadas do governo que ficavam encarregadas por coordenarem atividades em dez setores de ação, sendo: 1. Os convocados e suas famílias, dividido entre Exército, Marinha e Aeronáutica, com a participação das esposas comandantes das três forças, a exemplo das senhoras Gaspar Dutra, Aristides Guilheme e Salgado Filho; os setores 2 e 3. Defesa Passiva - com a participação das senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth; 4. Necessidades das famílias dos pequenos agricultores - senhora Apolônio Salles; 5. Educação do consumidor e do produtor, campanha da borracha, metal e níqueis - senhora Souza Costa; 6. Estudantes e crianças necessitadas – senhora Gustavo Capanema; 7. Organização de Cursos para comunicação – senhoras Mendonça Lima e Landy Salles. 8. Flexibilidade e policiamento: major Ignácio Rolim: senhora Alcitra; 9. Colaboradores com a seção de propaganda: senhora Coelho dos Reis; 10. Organização de cursos de transportes: senhora Napoleão Alencatro Guimarães (*Correio da Manhã*, 1 de setembro de 1942, p. 3).

A participação das mulheres da elite e, em especial, das que os maridos ocupavam cargos na cena pública foram requeridas a fim de empreender uma ampla rede assistencial. Quanto à essa forma de atuação, defende Camara (2017, p. 215) que “a incorporação e aceitação dos papéis femininos pôde significar não somente a submissão aos princípios preestabelecidos, mas também uma tática de reação, pela qual, as mulheres acionaram representações aceitas”, a fim de ampliar seus espaços de atuação e inserção política.

Sob a liderança de Darcy Vargas, o primeiro-damismo foi de suma importância para o predomínio político das mulheres baseado no assistencialismo. Nessa perspectiva, o trabalho assistencial envolveu o Estado e a iniciativa privada, onde os programas de combate à pobreza e às doenças foram associados à ideia de bem-estar dos governantes e à generosidade das primeiras-damas. Nessa direção, previa-se a implantação de sedes da LBA pelos municípios, sendo as primeiras-damas nomeadas suas diretoras. Essa prática instituiu e consolidou, ao longo do tempo, uma tradição acerca do fazer e do ser das mulheres que ocupavam os lugares de primeiras-damas nos municípios e estados. A elas era atribuída à incumbência no agenciamento de obras

assistenciais em âmbito público e, em alguns casos, na criação de instituições privadas de caráter filantrópico.

A assistência social prevista como política pública objetivava manter sob à dominação paternalista do Estado à população. Com a sede no Rio de Janeiro instalada, as decisões e ações foram definidas em assembleia realizada pela comissão central da LBA, sendo, ainda em 1942, formadas as comissões estaduais para apoiar a comissão central e organizar as atividades da LBA, em cada Estado. Assim, foram criadas, entre outras, as sedes do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, em 1942, do Piauí e Niterói em 1943 e do Amapá, em 1944. Nas sedes regionais, as comissões deveriam seguir as diretrizes da central. Cada comissão era composta por sete membros: um presidente (escolhido entre as mulheres da capital do estado), um secretário e um tesoureiro (indicados pelas federações comerciais e industriais) e quatro vogais (representantes de entidades comerciais e industriais) (Estatutos da LBA, 1942, p. 12-13).

A fim de auxiliar às “[...] instituições especializadas cujo objetivo tenha afinidade com a LBA, organizar cursos e promover propagandas em favor do progresso do serviço social no Brasil” (Estatutos da LBA, 1942), previa-se, que o percentual de 1% dos salários dos trabalhadores e 2% da folha de pagamento do Conselho Nacional do Trabalho fosse destinado à instituição. Com essas ações alargou-se o alcance das obras, especialmente no campo da proteção as crianças, com proeminência para o tratamento das enfermidades e no melhorando da saúde geral da população infantil. Quanto à importância da LBA, o representante da Associação Nacional das Indústrias, Manuel Ferreira Guimarães afirmava que:

Aqui estou senhores para dar o apoio do comércio à percentagem ligada sobre os salários, assim como para dizer que essa classe, não desmentindo a tradição sempre solidaria na cooperação de movimentos patriotas e humanitário como este. Congratulo-me, pois com o esforço que se tornou triunfo assegurando a Legião Brasileira de Assistência que a Associação Comercial, a sua sede ou seus diretores, os seus sócios e os seus funcionários continuam a disposição dos dirigentes da Legião, neste limiar da guerra não há maneira mais bela mais patriótica de servir a pátria (*A Manhã*, 03 de outubro de 1942, p. 9).

Os convênios firmados com a Confederação Nacional da Indústria e a Associação Comercial do Brasil, conforme previsto nos Estatutos, foram cruciais para a implantação e consolidação da instituição. Os acordos previam que essas entidades ficariam responsáveis por fornecer uma parte expressiva de recursos financeiros, a fim de manter as obras e a prestação de seus serviços, considerados “patrióticos e humanitários” (*A Manhã*, 1942, p. 9). Nessa perspectiva, podemos destacar, entre

outros, três aspectos como expressivos no processo de implantação e consolidação da LBA, em âmbito nacional. O primeiro, a intensa adesão, inserção e engajamento das primeiras-damas dos estados e municípios. O segundo, o papel proeminente da imprensa na propaganda e difusão das iniciativas agenciadas pela LBA e a primeira-dama e, por fim, o apoio encetado pelos setores econômicos e políticos à instituição.

### **AS CRIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**

A política assistencial empreendida pela LBA, no âmbito do atendimento à infância se assentou, especialmente na tentativa de atuar sobre temas recorrentes nos debates empreendidos por setores médico e jurídico nacionais. Pautas relacionadas a mortalidade, o trabalho, a situação do menor abandonado e delinquente, a educação e a pobreza configuraram-se em bandeiras de reivindicações e de promoção de ações de assistência científica e filantrópica, desde as primeiras décadas da República (1889). Fundamentadas na pediatria, na psicologia, na pedagogia e na puericultura, observa-se que as medidas empreendidas por diferentes sujeitos sociais foram sendo mobilizadas e incorporadas pelo Estado na elaboração de um projeto que se pretendia organizador, modernizador e patriótico da nação. Nessa perspectiva, em pronunciamento no Palácio Guanabara, em comemoração aos festejos de Natal, a 24 de dezembro de 1939, o presidente Getúlio Vargas, conclamava a urgência dos problemas sociais e destacava o empenho do seu governo:

É preciso que as crianças desses colaboradores anônimos da prosperidade individual sejam devidamente amparadas e, enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, os filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade. Acredito que este desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia, encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais (Vargas, 1939, p. 158).

No pronunciamento, Vargas destacou “o espírito filantrópico” do povo, conclamando “cada lar, médio ou abastado”, em prol do bem-comum. Na ocasião, enfatizou o papel do governo na garantia do amparo aos trabalhadores por intermédio de uma ação combinada em que se esperava instituir uma rede de atendimento<sup>7</sup> capaz

---

<sup>7</sup> Em 1934, Getúlio Vargas criou a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância que objetivava estender o atendimento em âmbito nacional. Segundo Fonseca (1993, p. 101), nesse pronunciamento o presidente convocou os interventores dos estados quanto à importância do problema da infância. Em 1933, promoveu a Conferência Nacional de Proteção à Infância a fim de debater a questão. Muitas outras iniciativas foram realizadas, a exemplo da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, vinculado ao

de preparar “brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial” (1939, p. 158).

Aspirando “[...] plasmar na cera virgem que é a alma da criança a alma da própria pátria” (Cartilha Getúlio Vargas, o amigo das crianças, 1940, p. 3), o Estado Novo, por meio de medidas assistenciais, compôs um plano que previa construir polos de atuação em todo território nacional com foco no atendimento à mulher e à criança. A partir dos Estatutos da LBA, desenvolveram-se ações que incluíam a construção de escolas e creches, a oferta de programas de alfabetização e a criação de espaços para atividades culturais e esportivas. Essas iniciativas pretendiam fomentar o desenvolvimento intelectual, físico, moral e social da criança. Além disso, a LBA objetivava desempenhar ações na saúde pública, organizando campanhas de vacinação e iniciativas de prevenção de doenças.

Em uma ação conjugada, a LBA, e o Departamento Nacional da Criança<sup>8</sup>, criado em 1940, ofereciam assistência médica, higiênica e nutricional, bem como atendimento especializado na proteção materno-infantil, por meio dos Postos de Puericultura. A atenção à saúde infantil era acompanhada de campanhas educativas para as mulheres, com foco na higiene, nutrição e outros aspectos da vida cotidiana. Desse modo, por meio da “vigilância” e da educação instituía-se a ideia de uma intervenção preventiva e corretiva, visando, por um lado, impedir “linhas de fuga” (Donzelot, 1986, p. 27), dos sujeitos e, por outro, inculcar preceitos de disciplina, saúde e eficiência.

Quanto à essas iniciativas, destaca Barbosa (2017, p. 124-123), que os postos organizados nos estados<sup>9</sup>, como na experiência de São Paulo, ofereciam orientação da gestação ao nascimento da prole, como também nos cuidados com a primeira infância em que era disponibilizado leite esterilizado e suplementação alimentar. A criação de

---

Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940. Cf o trabalho de Tese de Overné (2019).

<sup>8</sup> Constituiu-se como órgão de coordenação das atividades nacionais relacionada à proteção à maternidade, à infância e à adolescência, segundo o Decreto-Lei 2.024 de 17 de fevereiro de 1940.

<sup>9</sup> As comissões estaduais deveriam organizar seus trabalhos por meio do funcionamento de 11 Departamentos: Departamento de Matrícula e Pesquisa; Departamento de Assistência Econômica; Departamento de Distribuição de Voluntários; Departamento de Soldados; Departamento de Registro Civil; Departamento de Assistência de Alimentação e Habitação; Departamento de Costuras e Transporte; Departamento de Cursos Próprios e Assistência Sanitária; Departamento de Cooperação com Instituições Existentes; Departamento de Coordenação dos Municípios; Casa Maternal e da Infância (Relatórios Bienais de Atividades da LBA, 1942/1944, p. 14, *apud* Barbosa, 2017, p. 88). Após a instalação de sedes nas capitais as comissões ficavam encarregadas em auxiliar as prefeituras na criação dos centros municipais. Essas instituições eram essenciais para estabelecer o contato com as famílias dos soldados durante a guerra e oferecer assistência aos necessitados em geral.

Maternidades, lactários, creches, cantinas maternas, hospitais de puericultura, grupos de visitadoras voluntárias, bem como a realização de eventos beneficentes e campanhas de caridade, constituíram-se em instâncias de cuidado e intervenção sobre as famílias populares do país. Em discurso publicado no jornal *A Manhã* de 1942, João Daudt Oliveira, tesoureiro geral da LBA destacava o dever cívico e maternal da instituição e, em especial das mulheres brasileiras para a “obra de benemerência”, sendo que o:

Seu destino não é servir ao Brasil apenas neste período atormentado da guerra. Ela sobreviverá para realizar uma assistência social de elevação moral da família de cristianização do lar, de proteção a infância e a mocidade contra a crescente dissolução dos costumes. Neste momento vamos mobilizados todas as forças morais e espirituais do Brasil para criar e desenvolver serviços de assistência, cultivando os sentimentos de solidariedade e a consciência da nacionalidade entre os brasileiros. Nosso objetivo imediato é o de assistir as famílias dos convocados para o serviço da pátria prestando conforto moral e auxílio material (*A Manhã*, 03 de outubro de 1942, p. 2).

No primeiro momento, “As comissões estaduais na capital de cada unidade federativa objetivavam dar assistência moral, sanitária, educacional, econômica ou assistência para o trabalho junto às famílias dos convocados ou voluntários” (*Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1942, p. 21). Entretanto, desde sua implantação, a LBA não se limitou a esse atendimento, buscou ampliar seu raio de ação mobilizando instituições como, a Cruz Vermelha, a Pequena Cruzada, a Escola Ana Neri, a Pro-Matre a fim de cooperarem. Com esse intuito, esperava-se “prever e prover” aos necessitados do país. Nessa direção, Rodrigo Otávio Filho, secretário geral da LBA, enfatizava a importância dessa rede de ação filantrópica-assistencial, pois:

Na sua especialidade, cada uma dessas organizações receberá as suas atribuições. Os serviços de socorros e assistência serão feitos pela Cruz Vermelha brasileira, organização modelar enriquecida agora, com o último seriado o de ‘socorristas’ ou ‘samaritanas’ que podemos classificar como antecipação de um dos setores da Legião. A S. O. S. poderá cuidar não só da parte de distribuição alimentar as famílias necessitadas como também do próprio ‘controle’ dessa destruição. As assistentes sociais, por sua vez, auxiliando o trabalho de visitação. Visitar as famílias, saber das suas necessidades para prever e prover (*A Gazeta*, 06 de setembro de 1942, p. 4).

Quanto ao seu funcionamento previa-se, por um lado, que fossem realizados inquéritos sobre a situação de pobreza da população e, por outro que as mães e as crianças identificadas, fossem registradas na LBA para receberem auxílio. Desse modo, o trabalho voluntário assumiu um papel crucial no agenciamento da assistência às gestantes, às crianças e suas famílias e na organização de cursos práticos e de educação popular. Importante considerar que os projetos propostos pela LBA, em âmbito nacional, assumiram caráter variado na composição de uma rede assistencial à infância e as mães.

A LBA promoveu campanhas escolares de educação moral e cívica, com ênfase nas noções de cidadania, incentivo a disciplina e na propagação do conhecimento dos símbolos nacionais (Barbosa, 2017, p. 220).

A redução da mortalidade infantil e a melhoria das condições de vida das crianças, portanto, eram vistas como essenciais para o sucesso desse projeto. As políticas de saúde infantil não eram apenas uma resposta à demanda da sociedade instituída-se como estratégia de controle social. Ao intervir na vida das crianças e de suas famílias, o governo tentava moldar comportamentos e mentalidades que estivessem de acordo com os seus interesses políticos e econômicos.

Desse modo, no caso da capital do país, estratégias foram adotadas pela LBA em parceria com a municipalidade. Segundo notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã* de 13 de outubro de 1942, o curso intensivo de alimentação e de formação de monitores agrícolas, como também os de educação popular no cuidado de crianças em idade pré-escolar, foram concebidos e instalados em parceria com instituições, como: o Instituto Nacional de Puericultura, a Obra do Berço e a Casa da Criança.

No Jardim Botânico, instituição centenária do Distrito Federal, foi instalada a horta modelo e cursos de monitores agrícolas. A iniciativa incluía aulas teóricas e práticas de horticultura, transformando uma área improdutiva da instituição em um espaço agrícola. Esses cursos visavam formar voluntários para a LBA, ensinando-os a cultivar alimentos que pudessem suprir as escolas do bairro da Gávea e arredores.

Nessa linha de atuação, o prefeito do Distrito Federal Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945), com apoio do secretário-geral de educação e cultura, o coronel Jonas Corrêa, contribuiu para a criação de clubes agrícolas escolares, por meio da distribuição de ferramentas, sementes e assistência técnica na implementação dos cem primeiros clubes no Distrito Federal (*A Noite*, 30 de Outubro de 1942, p. 3). Na estação de Marechal Hermes foi criado um Clube Agrícola na Escola Técnica Profissional Visconde de Mauá, constituindo-se como núcleo de produção, responsável por abastecer a escola com produtos de horticultura e avícolas, bem como a uma vasta área suburbana da central do Brasil.

A obra fazia parte do programa traçado pela LBA visando colaborar para a erradicação da fome e dos problemas alimentares entre os escolares. Essas ações se associaram a outras medidas do governo na assistência, como a criação de parques infantis, instituídos desde 1938, como o Parque General Rondon e o Campo de Jogos Alina de Brito, por iniciativa do Exército Brasileiro (Bonfim, 2014). Neles eram

realizadas atividades de jogos, alimentação, assistência médica, dentária, moral e cívica.

No Estado do Rio de Janeiro, os postos da LBA foram instalados em municípios fluminenses, em conjunto com a Associação Comercial e com apoio de autoridades locais. Nos municípios de Petrópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Campos de Goitacazes e Cachoeiras foram inauguradas sedes da instituição (*Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1942, p. 21). A fim de compor uma rede de apoio e assistência foi constituída a “Comissão Visitadora”, composta por educadoras domiciliares que realizavam visitas às casas dos convocados e das famílias de não convocados provendo assistência médica, distribuição de mantimentos e roupas.

Inquéritos sobre a situação dos menores abandonados e delinquentes no Estado do Rio de Janeiro, em cooperação com o Departamento Nacional da Criança, tinham a finalidade de estudar os aspectos do abandono e delinquência para desenvolver suas atividades de assistência em 7 municípios: Niterói, Petrópolis, Friburgo, Barra Mansa, Nova Iguaçu, Angra dos Reis, Campos. Na ocasião era analisada as condições de habitação, alimentação, situação econômica, saúde, trabalho e moralidade das famílias. Assim, a partir desses levantamentos eram produzidos diagnósticos acerca da condição das crianças que poderiam ser categorizadas em situação de abandono moral, material ou ambos. Esse esquadrinamento quanto à situação da infância permitia prever, conjuntamente com o Juízo Privativo de Menores da Capital, medidas de tutela, proteção e assistência.

Em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, a sede da LBA foi criada em 1943, sendo presidida pela primeira-dama do Estado, Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Em articulação com sua mãe Darcy Vargas, objetivou empreender esforços na consolidação da obra assistencial estado-novista pelo Estado. Inicialmente, objetivou criar postos de atendimento, como lactários para crianças de 0 a 12 meses, serviço de higiene infantil para as de 12 a 24 meses, serviço de pediatria e serviço pré-natal e creches de 2 a 5 anos nas instituições em funcionamento da capital do Estado. O Centro de Saúde Modelo; o Ambulatório São Vicente de Paula; a Casa Maternal 1º de Maio e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância participaram na composição da rede de assistência, sendo criada para as crianças de 6 a 12 anos, a Casa da Criança de Niterói, a fim de atender os bairros de maior densidade populacional infantil (Comissão do Estado do Rio de Janeiro LBA, 1943). Assim, ao mesmo tempo em que o governo agenciava esforços no campo da saúde infantil, instrumentalizava políticas

visando consolidar sua base de poder. A promoção da assistência social tornava-se uma forma de reforçar a imagem do governo Vargas como o protetor dos interesses nacionais e do bem-estar social a partir da constituição de uma população saudável e produtiva.

Durante o período que esteve à frente da LBA, bem como de outras instituições assistenciais que presidiu, Darcy Vargas utilizou sua posição para liderar, dar visibilidade e implantar um modelo assistencial no âmbito do Estado. Desse modo, a LBA compôs uma rede assistencial que prestava auxílios intermitentes, em casos de situações emergenciais, mas também de forma continuada enquanto órgão de Governo e da iniciativa privada a partir da atuação do voluntariado no agenciamento da assistência social as crianças.

### **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Em 1942, ano da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a influência e liderança da primeira-dama Darcy Vargas foram determinantes para o estabelecimento dos primeiros passos em direção a sua organização e consolidação. Em sua atuação à frente da LBA, Darcy Vargas constituiu-se em figura-símbolo de um modelo de assistência empreendido pelas primeiras-damas, como “extensão do populismo peronista, como sustentáculo das ações sociais públicas” (Sposati, Falcão, 1989, p.9), configurando-se como marca de uma ação personalista no âmbito das políticas públicas no Brasil. Segundo as autoras, três anos após a sua criação, a LBA “já existia em 90% dos municípios brasileiros”, com uma rede de serviços no atendimento à população em geral, as crianças e suas famílias (1989, p. 18).

Darcy Vargas deixou a presidência da LBA<sup>10</sup> em 1955, transferindo o cargo para sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto e passando a assumir a presidência de honra da instituição. No que se refere à infância e à maternidade, a LBA contribuiu em todo o país, com obras sociais. Ao associar a saúde infantil à construção de uma nação moderna e forte, o governo pretendia justificar sua atuação centralizadora e autoritária, sendo as crianças concebidas como "o futuro da nação", e o Estado como o principal responsável por garantir que esse futuro fosse próspero, saudável e produtivo.

---

<sup>10</sup> Em 1943, após a morte do seu filho Getúlio Vargas Filho, Darcy se afastou da presidência da instituição, sendo o cargo ocupado interinamente por Rodrigo Otávio e, posteriormente, por Alzira Vargas (Sposati, Falcão, 1989, p. 17).

Ao associar essas ações ao poder central, intentava-se minimizar os efeitos da pobreza e do atraso brasileiro ao mesmo tempo em que mantinha as classes pobres dependentes da benesse pública não como direito, mas como favor. Fortalecia-se, desse modo um sistema de dominação política em que a assistência social não apenas atendia às necessidades imediatas, mas também servia como ferramenta para moldar o comportamento e a educação das crianças em conformidade com um projeto mais amplo de reforma da sociedade.

Perscrutar na trajetória de Darcy Vargas as iniciativas de agenciamento social empreendidas durante o período em que atuou à frente da LBA pode colaborar para a compreensão da composição de iniciativas públicas e privadas no atendimento assistenciais às infâncias trazendo à cena a participação de mulheres que para além do que lhe foi conferido como papel social à época, construíram espaços de atuação e de inserção política no contexto nacional.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. Paraná, (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2017.
- BONFIM, José Carlos. A criação e instalação do primeiro campo de jogos no Distrito Federal (1938). In: CAMARA, Sônia (org). *Pesquisa(s) em história da educação e infância: conexões entre ciência e história*. Rio de Janeiro: Quartet, 2014.
- CAMARA, Sônia. As Damas da Assistência à Infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). *História da Educação* (Online). Porto Alegre, v. 2, n. 53 set./dez. 2017 p. 199-218.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- COMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LBA (1943), CPDOC (Arquivo Alzira Vargas), CPDOC.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ESTATUTOS DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, CPDOC (Arquivo Alzira Vargas). Rio de Janeiro: Manufatura, 1942.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, 1993, p. 97-116.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto de 2003, p. 113-124.

JORNAL A MANHÃ, 23 de setembro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 05/08/2024.

JORNAL A MANHÃ, 3 de outubro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 01/08/2024.

JORNAL A NOITE, 10 de outubro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 01/08/2024.

JORNAL A NOITE, 30 de outubro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 31/07/2024.

JORNAL A GAZETA, 06 de setembro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 29/07/2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 30 de maio de 1942, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 03/10/2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1 de setembro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 03/10/2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 13 de setembro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 06/10/2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 13 de outubro de 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 03/10/2024.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. *O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)*. Rio de Janeiro, (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. “Primeiro Damismo”: No Brasil: uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010). Goiânia, (Tese de Doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2021.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. *LBA identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira*. São Paulo: Editora da PUC São Paulo, 1989.

TORRES. Iraildes Caldas. *As Primeiras-Damas e a Assistência Social – relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS. Getúlio. *O bem-estar e a saúde das mães e das crianças*. Biblioteca da Presidência da República, 1939.

VARGAS. Getúlio. *Cartilha Getúlio Vargas: o amigo das crianças*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.